



Universidade de Brasília

Universidade de Brasília – UnB

Instituto de Psicologia – IP

Departamento de Psicologia Escolar e do Desenvolvimento Humano – PED

Programa de Pós-Graduação em Processos de Desenvolvimento Humano e Saúde - PGPDS

CURSO DE ESPECIALIZAÇÃO EM DESENVOLVIMENTO HUMANO,

EDUCAÇÃO E INCLUSÃO ESCOLAR – UnB/UAB

**A INCLUSÃO DO ALUNO SURDO NA ESCOLA REGULAR DE ENSINO
FUNDAMENTAL DA REDE MUNICIPAL EM CRUZEIRO DO SUL**

MARIA ANTÔNIA DA SILVA FERREIRA

DRA. ANA PAULA CARLUCCI

BRASÍLIA/2015



Universidade de Brasília

Universidade de Brasília – UnB

Instituto de Psicologia – IP

Departamento de Psicologia Escolar e do Desenvolvimento Humano – PED

Programa de Pós-Graduação em Processos de Desenvolvimento Humano e Saúde - PGPDS

MARIA ANTÔNIA DA SILVA FERREIRA

**A INCLUSÃO DO ALUNO SURDO NA ESCOLA REGULAR DE ENSINO
FUNDAMENTAL DA REDE MUNICIPAL EM CRUZEIRO DO SUL**

Monografia apresentada ao Curso de Especialização em
Desenvolvimento Humano, Educação e Inclusão Escolar,
do Departamento de Psicologia Escolar e do
Desenvolvimento Humano – PED/IP – UnB/UAB.

Orientador (a): Dra. Ana Paula Carlucci.

BRASÍLIA/2015

TERMO DE APROVAÇÃO

MARIA ANTÔNIA DA SILVA FERREIRA

A INCLUSÃO DO ALUNO SURDO NA ESCOLA REGULAR DE ENSINO FUNDAMENTAL DA REDE EM CRUZEIRO DO SUL

Monografia aprovada como requisito parcial para obtenção do grau de Especialista do Curso de Especialização em Desenvolvimento Humano, Educação e Inclusão Escolar – UnB/UAB. Apresentação ocorrida em 28/11/2015.

Aprovada pela banca formada pelos professores:

DRA. ANA PAULA CARLUCCI (Orientador)

DRA. SUELI DE SOUZA DIAS (Examinador)

MARIA ANTÔNIA DA SILVA FERREIRA (Cursista)

BRASÍLIA/2015

DEDICATÓRIA

Dedico este trabalho primeiramente a Deus, pela luz, força e sabedoria em minha vida, que me ajudou a prosseguir dia após dia, enfrentado todas as dificuldades, pois, sem ele nada teria sentido;

A minha mãe, Iranilda e a meu pai, Claudiomar por ter me agraciado o dom da vida. Por terem me conduzido aos caminhos da educação e por terem me ensinado as mais importantes lições de vida, sempre me apoiando em todas as minhas decisões;

Ao meu esposo Elton pela compreensão, confiança e por acreditar na minha capacidade e principalmente a minha filha Ana Heloisa, pelo carinho e amor constante que muito contribuiu para que pudesse concluir este curso;

Aos Tutores online, Sandra Viana e Patrícia Nazário que muito contribuíram com a minha caminhada durante o curso e a tutora orientadora Ana Paula Carlucci, pela orientação dedicada á esta monografia.

MARIA ANTONIA DA SILVA FERREIRA

AGRADECIMENTOS

Em primeiro lugar agradeço a Deus por iluminar durante toda essa caminhada, agradeço aos meus pais que me deram muito apoio nos momentos mais difíceis, ao meu esposo que esteve ao meu lado me incentivando e nunca mediu esforços para que eu alcançasse meus objetivos.

Aos tutores presenciais e online, que me ensinaram que por mais que achamos que o nosso conhecimento já está bem profundo, estamos enganados, conhecimento é algo que está sempre se renovando, também agradeço a direção da escola Padre Cristóvão Freire Arnaud, no qual realizei a minha pesquisa. Agradeço a todos com enorme carinho.

RESUMO

Vivemos em um período de constante transformação, no qual a igualdade e as condições para o acesso e a permanência na escola são um direito de todos, sem qualquer tipo de discriminação. A inclusão de alunos com deficiência auditiva no ensino regular vem sendo abordado em diferentes perspectivas. É neste contexto que esse trabalho trouxe reflexões sobre a inclusão do aluno surdo no ensino regular. Desta forma, objetivamos conhecer os processos de inclusão de alunos surdos e observar como a escola está organizada e se prepara para o aluno. Participaram da pesquisa um aluno surdo e sua professora intérprete. Para a construção das informações, realizamos observações e entrevistas com os participantes, a fim de compreendermos como se dá a inclusão do aluno surdo no ensino regular e seu processo de ensino aprendizagem. Para a análise das informações, realizamos a análise interpretativa do conteúdo. Os resultados demonstraram que o aluno interage muito bem com demais colegas ouvintes, porém apresenta algumas dificuldades de aprendizagem e de comunicação com os professores sem o auxílio da intérprete que facilita muito o trabalho. Concluimos que o aluno surdo, como qualquer outro, requer atenção às suas necessidades educacionais, tendo em vista que a sua inclusão só acontecerá de fato e terá resultados se ele for respeitado em suas diferenças e potencialidades.

Palavras-Chave: Inclusão, Aluno Surdo, Aprendizagem, Educação.

SUMÁRIO

RESUMO.....	vi
1- INTRODUÇÃO.....	01
2- FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA	
2.1-História da educação do surdo no Brasil.....	04
2.2- Educação Inclusiva para surdos.....	07
2.3- Conhecendo a Legislação referente aos surdos.....	08
2.4- Formação dos professores para trabalhar como alunos surdos.....	09
2.5- Recursos didáticos e pedagógicos e sala de recursos multifuncional para alunos surdos.....	10
2.6- Inclusão Escolar e a importância da língua de sinais.....	10
3. OBJETIVOS	
3.1- Objetivo Geral.....	13
3.2- Objetivo Específico.....	13
4. METODOLOGIA	
4.1-Contexto da Pesquisa.....	14
4.2-Participantes.....	14
4.3-Materiais.....	15
4.4-Instrumentos de Construção de Dados	15
4.5-Procedimentos de Construção de Dados.....	15
4.6-Procedimento de Análise de Dados.....	16
5-RESULTADOS E DISCUSSÃO	
5.1- A Interação do Aluno Surdo com os Colegas.....	18
5.2- Aprendizagem na Escola.....	20
5.3- A Interação do Aluno Surdo na Visão da Professora Intérprete.....	21
5.4- O Processo de Aprendizagem, Dificuldades e Habilidades.....	21
6- CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	25
REFERÊNCIAS	

APÊNDICES

A – Roteiro de entrevista para o aluno surdo (Modelo)

B – Roteiro de entrevista para a professora intérprete (Modelo)

C – Dados coletados através da observação (Modelo)

ANEXOS

A- Carta de Apresentação – Escola (Modelo)

B – Termo de Consentimento Livre e Esclarecido – Professor (Modelo)

C – Termo de Consentimento Livre e Esclarecido – Pais (Modelo)

1. INTRODUÇÃO

A presente pesquisa tem como tema a inclusão do aluno surdo na escola regular de ensino Fundamental da rede municipal de Cruzeiro do Sul. O interesse pela educação das pessoas surdas surgiu pela percepção da necessidade de aprofundar conhecimentos e construir novos saberes sobre a inclusão na rede regular de ensino. A inclusão dessas pessoas se apresenta como um fato novo para a maioria dos professores e profissionais ligados a educação, surgindo como um grande desafio para todos, pois, uma escola inclusiva deve oferecer, ao aluno surdo possibilidades reais de aprendizagem, caso contrário estará realizando uma inclusão precária.

Muitos educadores encontram dificuldades em desenvolver atividades para crianças com deficiência. Nesse sentido, se faz necessário investigarmos como eles trabalham com seus alunos de modo que conseguem incluir de fato os alunos surdos na sala de aula. As pessoas consideradas diferentes, principalmente as que são diagnosticadas com algum tipo de necessidade especial, enfrentam muita rejeição e nem sempre lhes são dadas oportunidades de usufruírem do convívio social.

O surdo, usuário de língua de sinais, ainda é um desconhecido para a grande maioria dos professores. Sabe-se muito pouco sobre a surdez, a educação de surdos e como eles se comunicam e aprendem. Os sujeitos surdos pela defasagem auditiva enfrentam dificuldades para entrar em contato com a língua do grupo social no qual estão inseridos (GÓES, 1996).

Diversas inquietações surgem dentro deste campo de pesquisa. São várias as dificuldades ou problemas que entram o processo que tenta facilitar a inclusão dos alunos com deficiência auditiva do ponto de vista social. Neste ponto, destaca-se como variáveis a falta de comunicação oral, que prejudica sensivelmente o aprendizado, como também a aplicação de metodologias não contextualizadas com a realidade sociocultural do aluno. Soma-se ainda a falta de capacitação específica da grande maioria de professores que atuam nessa área (LACERDA, 1998).

Essa realidade traz uma grande relevância às pesquisas acerca da educação inclusiva, em específico dos alunos com deficiência auditiva sendo ela: leve, moderada, profunda ou severa. Esse aluno, como qualquer outro, requer atenção as suas necessidades educacionais, tendo em vista que a sua inclusão só acontecerá de fato e terá resultado se ele for respeitado em suas diferenças e potencialidades. Tendo em vista que a escola deve adequar-se ao aluno e não o oposto, a singularidade do aluno deve ser

respeitada. Lorenzetti (2002/2003) revela, porém que a realidade educacional brasileira apresenta um quadro diferente.

De acordo com Souza e Góes (1999), o processo de inclusão do aluno surdo vem sendo acompanhado por professores e profissionais que desconhecem a língua de sinais e as condições bilíngües do surdo. Razão pela qual os professores tendem a considerar-se despreparados para atuar com essa população.

A educação especial foi organizada para atender específica e exclusivamente a alunos excepcionais. Reconhecer as diferenças é essencial no caminho da integração e, principalmente, de inclusão onde se espera que o professor não faça da turma uma homogeneidade, trabalhando como se todos tivessem a mesma capacidade na sua construção do conhecimento.

No Brasil, a Educação Especial teve início em 1854, mas somente a partir de 1857 surgiu a educação de surdos, no Rio de Janeiro, através do Imperial Instituto dos Surdos-Mudos – Lei nº 839/1857, hoje INES - Instituto Nacional de Educação de Surdos (MAZZOTTA, 1996, p. 28-29).

Este projeto de pesquisa mostra a importância da educação inclusiva de alunos com deficiência em específico a auditiva, em relação ao grande desafio da inclusão do aluno surdo no ensino regular, é fundamental ouvir aluno com deficiência auditiva e intérprete. Desta forma o presente estudo teve como objetivo investigar como a política de educação inclusiva se dá na inclusão de alunos surdos no ensino regular.

Foram estudados alguns tópicos na fundamentação teórica divididos em: 2.1-História da educação do surdo no Brasil, 2.2-Educação Inclusiva para surdos, 2.3-Conhecendo a Legislação referente aos surdos, 2.4-Formação dos professores para trabalhar com alunos surdos, 2.5-Recursos didáticos e pedagógicos e sala de recursos multifuncional para alunos surdos e 2.6-Inclusão Escolar e alguns autores como Lacerda, Lorenzetti, Mazzotta, Souza e Goés, dentre outros foram essenciais para nortear o presente trabalho.

O estudo teve como enfoque o método qualitativo, adotando estudo de caso como suporte para obter informações por intermédio do aluno com deficiência auditiva e intérprete, com base a verificar a qualidade do ensino aplicado para esse aluno, incluídos no ensino regular.

Para alcançar o objetivo foi utilizada a técnica de pesquisa com base em observação e entrevista, os mesmos ajudaram a delinear o objetivo. Com o estudo se pretende comprovar que um aluno surdo, tem condições de ser ensinado junto aos

alunos ouvintes, no entanto já havia realizado alguns trabalhos durante o curso em relação a esse aluno surdo.

2. FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

Para entender melhor a temática, o estudo baseou-se em alguns conceitos de temas fundamentais para a compreensão do assunto. Desta forma, os tópicos foram divididos em: História da educação do surdo no Brasil, Educação Inclusiva para surdos, Conhecendo a Legislação referente aos surdos, Formação dos professores para trabalhar como alunos surdos, Recursos didáticos e pedagógicos e sala de recursos multifuncional para alunos surdos e Inclusão Escolar.

2.1- História da educação do surdo no Brasil

Buscar registros históricos mais antigos sobre a educação de surdos, ou mesmo de outras pessoas diagnosticadas com outro tipo de necessidade especial, é reconhecer práticas de cuidado destinadas ao aluno com deficiência ao invés de metodologias e procedimentos educacionais. Felix (2006, p.18)

[...] no início dos tempos, sequer cuidados lhes eram concedidos como na atualidade é observado. Somente após muita evolução de fundamentos educacionais que alguma preocupação com a educação especial e, neste caso evidenciado, a educação de Surdos começou a receber alguma atenção.

Em meados de 1500, conforme Veloso e Maia filho (2009), começam a aparecer interessados e até mesmo defensores da capacidade dos Surdos para a aprendizagem. Mas de acordo com Gomes (2008), somente no século XVI, isso fica demarcado. Em 1855 chega ao Brasil o professor Surdo francês chamado Eduard Huet (1822 – 1882), por solicitação de Dom Pedro II com intuito de criar uma escola para Surdos no país. No Rio de Janeiro então, em 1857 fundou-se o primeiro instituto de Surdos em 26 de Setembro, data até atualmente comemorada como o Dia Nacional do Surdo (VELOSO e MAIA FILHO, 2009).

Uma educação de qualidade para todos contende-se, entre outros fatores, a atribuição de novas dimensões da escola no que consiste não somente na aceitação, como também na valorização das diferenças, resgatando os valores culturais e o respeito do aprender e construir, conforme define a Declaração de Salamanca (1994, p. 8-9):

[...] as crianças e jovens com necessidades educativas especiais devem ter acesso às escolas regulares, que a elas devem se adequar [...] elas constituem os meios mais capazes para combater as atitudes discriminatórias, construindo uma sociedade inclusiva e atingindo a educação para todos.

No entanto, a educação especial, que por muito tempo restringiu-se a um ensino paralelo, aos poucos vem redimensionando seu papel, atuando no atendimento direto desse alunado na rede escolar regular.

O período histórico da educação inclusiva no Brasil, nos séculos XVII e XVIII, demonstra teorias e práticas sociais de discriminação, promovendo infinitas situações de exclusão. Essa época foi caracterizada pela ignorância e rejeição do indivíduo com deficiência: a família, a escola e a sociedade em geral condenavam esse público de uma forma extremamente preconceituosa, de modo a excluí-los do estado social. “[...] na antiguidade as pessoas com deficiência mental, física e sensorial eram apresentadas como aleijadas, mal constituídas, débeis, anormais ou deformadas” (BRASIL, 2001, p.25). No decorrer do tempo, observa-se que as concepções sobre o termo deficiência foram evoluindo “conforme as crenças, valores culturais, concepção de homem e transformações sociais que ocorreram nos diferentes momentos históricos” (BRASIL, 2001, p.25).

É importante projetar que em meados do século XIX encontra-se a fase de institucionalização especializada aqueles indivíduos com deficiência eram segregados nas residências, proporcionando uma “educação” fora das escolas, “protegendo” a pessoa com deficiência da sociedade, sem que esta tivesse que suportar o seu contato. Porém a partir do século XX, gradativamente, alguns cidadãos começaram a valorizar as pessoas com necessidades especiais e a lutaram, através de movimentos sociais, contra a discriminação em defesa de uma sociedade inclusiva. De acordo com Jannuzzi (2004, p. 34). A partir de 1930,

[...] a sociedade civil começa a organizar-se em associações de pessoas preocupadas com o problema da deficiência, a esfera governamental prossegue a desencadear algumas ações visando à peculiaridade desse alunado, criando escolas junto a hospitais e ao ensino regular, outras entidades filantrópicas especializadas continuam sendo fundadas, há surgimento de formas diferenciadas

de atendimento em clínicas, institutos psicopedagógicos e outros de reabilitação.

No entanto no final do século XX, movimentos sociais, políticos e educacionais, estudiosos, associações e conferências propõem aprofundar as discussões, problematizando os aspectos acerca do público susodito, resultando em reflexões diante das práticas educacionais. A Declaração de Salamanca (1994, p. 6) caracteriza a inserção dos indivíduos que possuem NEE com uma política de justiça social, conforme explicita:

[...] as escolas se devem ajustar a todas as crianças, independentemente das suas condições físicas, sociais, linguísticas ou outras. Neste conceito, terão de incluir-se crianças com deficiência ou sobre dotados, crianças da rua ou crianças que trabalham, crianças de populações remotas ou nómadas, crianças de minorias linguísticas, étnicas ou culturais e crianças de áreas ou grupos desfavorecidos ou marginais.

Portanto, percebe-se que ao final do século XX até os dias atuais os avanços sociais, pedagógicos e tecnológicos, por uma sociedade inclusiva no Brasil, vêm sendo mais valorizada, contando com salas de recursos, atendimentos diferenciados, métodos tecnológicos como computadores adaptados, sintetizadores de fala, programas e aplicativos, dentre outros diversos modelos tecnológicos e inclusão social de um público que sofreu arduamente com discriminações e preconceitos e hoje busca a garantia dos seus direitos perante a sociedade, promovendo o desenvolvimento social, sem se esquecer de suas potencialidades e peculiaridades. A esse respeito, Goffredo (1999, p. 31) ressalta:

Frente a esse novo paradigma educativo, a escola deve ser definida como uma instituição social que tem por obrigação atender todas as crianças, sem exceção. A escola deve ser aberta, pluralista, democrática e de qualidade. Portanto, deve manter as suas portas abertas às pessoas com necessidades educativas especiais.

De acordo com a Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB 9.394/96 S/P) estabelece o direito de todos a educação, sendo o dever do Estado e da família promovê-la, conforme enfatiza o Art. 2º sobre os princípios da educação nacional:

Art. 2º A educação, dever da família e do Estado, inspirada nos princípios de liberdade e nos ideais de solidariedade humana, tem por finalidade o pleno desenvolvimento do educando, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho.

No entanto, o referido artigo rege a educação de todos, sem exceção e com igualdade de condições para o acesso e permanência na escola, sendo que a mesma tem a função de receber e ensinar todas as crianças, jovens e adultos independente de suas condições físicas, intelectuais ou sociais, adaptando-os ao processo ensino-aprendizagem, bem como a estrutura física da escola adaptada às necessidades do seu alunado.

2.2-Educação Inclusiva para Surdos

É importante ressaltar que o termo deficiência é compartilhado, em geral, independente da cultura local, e exprime imperfeição. As pessoas a utilizam para definir o ser que não é perfeito ou normal perante aquela sociedade. No entanto, o normal ou ideal é um conceito consideravelmente de cultura. Pois o ser, o homem ideal para uma cultura não será ideal para outra. Isso dependerá dos costumes situados em locais e tempos distintos (MAZZOTA 2005, p.16).

Lacerda (1998) destaca que durante a Antiguidade, e por quase toda a Idade Média, pensava-se que os surdos não fossem educáveis. No início do século XVI que se começou a admitir que os surdos pudessem aprender através de determinados procedimentos pedagógicos. Tal constatação encontra-se nos relatos de diversos pedagogos que se dispuseram a trabalhar com surdos. Para Lacerda (1998), o propósito da educação dos surdos era, então, fazer com que pudessem desenvolver o pensamento, adquirir conhecimento e se comunicar com o mundo ouvinte. Para tal, procurava-se ensiná-los a falar e a compreender a língua falada, mas a fala era considerada uma estratégia, em meio a outras, de se alcançar tais objetivos.

No Brasil, as secretarias de Educação Estadual e Municipal passaram a coordenar o ensino das crianças com deficiência. Assim, surgiram as salas de recursos e classes especiais para surdos, assim também como as escolas especializadas.

No entanto, para conquistarem seus direitos como cidadãos as pessoas portadoras de necessidades especiais passaram a reivindicar seus direitos, sendo os dos

surdos respeito à língua de sinais, a um ensino de qualidade, acesso aos meios de comunicação (legendas e uso do TDD) e serviços de intérpretes, entre outras, como os estudos sobre surdez, linguagem e educação.

Em 1994, passou-se a utilizar a Língua de Brasileira de Sinais (LIBRAS), como legal de comunicação e expressão, criada pela própria comunidade surda. Mas só em 04 de abril de 2002, cria-se a Lei nº 10.436 que reconhece a Língua Brasileira de Sinais, após o reconhecimento em libras surgem outras leis como em 22 de dezembro de 2005, a lei Nº 5.626: Lei que obriga o uso de LIBRAS em lugares educacionais dentre outros, e em 03 de setembro de 2010, a lei Nº 12.319: Lei que oficializa o interprete.

No entanto, vale destacar que a inclusão do aluno com surdez deve acontecer desde a educação infantil até a educação superior, garantindo-lhe, desde cedo, utilizar os direitos escolares, exercendo sua cidadania, de acordo com os princípios constitucionais do nosso país. A inclusão de pessoas com surdez na escola comum requer que se busquem meios para beneficiar sua participação e aprendizagem tanto na sala de aula como no Atendimento Educacional Especializado DORZIAT (2003).

2.3- Conhecendo a Legislação referente aos surdos

Em 1994 é aprovado o direito de todas as crianças, com deficiência ou não estarem inseridas em escolas de rede regular de ensino, conforme a Declaração de Salamanca. Mas a estas, a mesma lei ainda define que o devido atendimento as suas necessidades deverão ser atendidas (BRASIL, 1994).

Em 24 de Abril de 2002, o Presidente da República Fernando Henrique Cardoso sanciona a Lei número 10.436. Lei esta que oficializa a Libras – Língua Brasileira de Sinais como segundalíngua do Brasil e declara a mesma como de direito de todo cidadão Surdo como sua língua materna (BRASIL, 2002).

Em 2005 aprova-se também o Decreto 5.626 no dia 22 de Dezembro. O decreto sustenta a Lei 10.436 de 24 de Abril de 2002 e especifica os demais direitos dos cidadãos Surdos como na área da saúde, educação, trabalho. Também defende a Cultura Surda e a importância e obrigatoriedade do Intérprete de Libras e sua devida formação. Esclarece esses direitos e seus devidos responsáveis (BRASIL, 2005).

Atualmente, seguindo as exigências de tais legislações a Língua de Gestual-Visual Brasileira ou Língua Brasileira de sinais vêm sendo inserida nos cursos de graduação com licenciatura, intérpretes de Libras vêm sendo contratados para atuarem em diversos espaços da sociedade. Em algumas Universidades Federais do Brasil

também já encontramos o curso de Letras/Libras com Licenciatura para formar Professores de Libras e Bacharelado para formação de Intérpretes. Veloso e Maia Filho (2009) declaram que estes cursos tiveram início, respectivamente, em 2006 e 2008, contemplando alunos Surdos e Ouvintes.

Deste modo, os Surdos conseqüentemente têm a oportunidade de exercer diversos papéis na sociedade em que vivem igualmente como os demais cidadãos, bem como receberem a devida educação institucionalizada, uma educação de qualidade respeitando suas limitações e capacidades.

2.4-Formação dos professores para trabalhar com alunos surdos

A formação docente regulamentada pela atual Lei de Diretrizes e Base de Educação Nacional (9394/96, art. 59. III) prevê em seu dispositivo atuação de professores com especialização em nível médio ou superior, para o ensino com alunos especiais na classe comum (LDB, 1996).

No sentido de preparar o professor para o ensino com alunos especiais, a exemplo dos surdos cabe ao sistema de ensino promover cursos de formação continuada para o seu corpo docente assegurando-lhes aptidões e inovações nas suas praticas de ensino para responder às características de seus alunos, incluindo aquelas evidenciadas pelos alunos com necessidades educacionais especiais (PRIETO, 2006).

No entanto é importante destacar que os professores devem ser capazes de analisar os domínios de conhecimento atuais dos alunos, as diferentes necessidades demandadas nos seus processos de aprendizagem, bem como elaborar atividades, criar ou adaptar materiais, além de prevê formas de avaliar os alunos para que as informações sirvam para retroalimentar seu planejamento e aprimorar o atendimento aos alunos (PRIETO, 2006, P.58).

De acordo com os autores, Glat e Nogueira (2002 *apud* PRIETO, 2006, p.60) se a pretensão é “garantir educação para todos, independente de suas especificidades”, deve-se asseverar “oferta de uma formação que possibilite aos professores analisar, acompanhar e contribuir para o aprimoramento dos processos regulares de escolarização, no sentido de que possam dar conta das mais diversas diferenças existentes entre seus alunos”.

2.5-Recursos didáticos e pedagógicos e sala de recursos multifuncional para alunos surdos

Estudar a educação escolar das pessoas com surdez nos reporta a questões referentes aos seus limites e possibilidades e aos preconceitos existentes nas atitudes da sociedade para com elas. As pessoas com surdez enfrentam inúmeros entraves para participar da educação escolar, decorrentes da perda da audição e da forma como estruturam as propostas educacionais das escolas. Muitos alunos com surdez podem ser prejudicados pela falta de estímulos adequados ao seu potencial cognitivo, sócio-afetivo, lingüístico e político-cultural e ter perdas consideráveis no desenvolvimento da aprendizagem (BERTUOL, 2010).

Portanto a educação inclusiva constitui um paradigma educacional fundamentado na concepção de direitos humanos, que conjuga igualdade e diferença com valores indissociáveis, e que avança em relação à ideia de equidade formal ao contextualizar as circunstâncias históricas da exclusão dentro e fora da escola. Sendo a Sala de Recursos Multifuncional um espaço para atendimento educacional Especializado (AEE), sendo uma ação do sistema de ensino no sentido de oferecer o suporte às necessidades educacionais do aluno, favorecendo seu acesso ao conhecimento e desenvolvendo competências e habilidades próprias.

O professor desta sala atua de forma colaborativa com o professor da classe do ensino regular, para a definição de estratégias pedagógicas que favoreçam o acesso ao aluno com deficiência ao currículo e a sua interação no grupo, entre outras ações para promover a inclusão deste aluno. Na sala de Recursos Multifuncional são atendidos estudantes com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação.

2.6-Inclusão Escolar e a importância da língua de sinais

A integração dos alunos na escola regular é o principal objetivo de mudanças das escolas inclusivas, seu objetivo principal é a educação dos alunos com necessidades educativas especiais. Mas essa integração não deve ser entendida como um movimento que procura unicamente incorporar os alunos nas escolas especiais à escola regular, juntamente com seus professores e os recursos, materiais e técnicas que existem nelas, a integração não é simplesmente a transferência da educação especial às escolas de ensino comum.

Nas tentativas iniciais de educar o surdo, além da atenção dada à fala, a língua escrita também desempenhava papel fundamental. Os alfabetos digitais eram amplamente utilizados. Eles eram inventados pelos próprios professores, porque se argumentava que se o surdo não podia ouvir a língua falada, então ele podia lê-la com os olhos. Falava-se da capacidade do surdo em correlacionar as palavras escritas com os conceitos diretamente, sem necessitar da fala. Muitos professores de surdos iniciavam o ensinamento de seus alunos através da leitura-escrita e, partindo daí, instrumentalizavam-se diferentes técnicas para desenvolver outras habilidades, tais como leitura labial e articulação das palavras. Para Lacerda (1998), a partir desse período podem ser distinguidas, nas propostas educacionais vigentes, iniciativas antecedentes do que hoje chamamos de “oralismo” e outros antecedentes do que chamamos de “gestualismo”.

Segundo Sá (2002, p.63), no Brasil e no mundo ainda tem grande força a abordagem educacional oralista. Oralismo é o nome dado àquelas abordagens que enfatizam a fala e a amplificação da audição e que rejeitam, de maneira explícita e rígida, qualquer uso da língua de sinais. O oralismo perdurou como a filosofia educacional para ensino de surdos por mais de um século e que apregoa que o surdo deve adquirir a língua oral, devendo ser terminantemente proibido o uso de sinais no processo, essa postura foi fortemente criticada por pesquisadores e estudiosos da época, para esses autores, a língua oral não pode ser adquirida por este tipo de aprendiz pelo processo de aquisição de língua materna, pois, devido à ausência de audição, pode-se considerar que ele não foi exposto a uma primeira língua.

Esse aprendiz, além de ficar privado, nessas condições, de adquirir a língua materna, também não tem acesso aos processos de desenvolvimento da linguagem de forma natural (FELIX, 2008, p.17). Segundo Lacerda (1998), inicialmente no campo da pedagogia do surdo, existia um acordo unânime sobre a conveniência de que esse sujeito aprendesse a língua que falavam os ouvintes da sociedade na qual viviam, porém, no bojo dessa unanimidade, já no começo do século XVIII, foi aberta uma brecha que se alargaria com o passar do tempo e que separaria irreconciliavelmente oralistas de gestualistas.

Segundo Skliar (2006, p.92), as crianças surdas, pelo seu déficit auditivo, não podem ser expostas dentro da língua oral existe, de fato, um obstáculo fisiológico para que isso ocorra. Para eles, a língua oral não é a primeira língua, embora seja a primeira, e inclusive a única, que lhes é oferecida. Segundo Silva (2000, p.35), as primeiras

pesquisas sobre Língua Americana de Sinais, somadas à insatisfação com os resultados obtidos no oralismo, deram origem a novas propostas pedagógicas.

Nos anos 70, a tendência que predominou foi à filosofia da Comunicação Total, que defendia o direito da criança surda de ser exposta a todas as pistas e fazer uso das que melhor se adequassem à suas habilidades comunicativas e as do interlocutor. Segundo Favorito (apud FELIX, 2006, p.18), a “Comunicação Total” era uma abordagem educacional, idealizada nos Estados Unidos, que apregoava a utilização de todos os tipos possíveis de estratégias no processo de ensino-aprendizagem dos indivíduos surdos: sinais – inclusive alguns criados para marcar aspectos gramaticais da língua oral desenhos, dramatizações, treino auditivo, escrita, expressão corporal. Porém, essa forma de comunicação, enfatiza a autora, também não logrou êxito. Para Lacerda (1998), o objetivo da comunicação total, é fornecer à criança a possibilidade de desenvolver uma comunicação real com seus familiares, professores e coetâneos, para que possa construir seu mundo interno.

A oralização não é o objetivo em si da comunicação total, mas uma das áreas trabalhadas para possibilitar a integração social do indivíduo surdo. A comunicação total pode utilizar tanto sinais retirados da língua de sinais usada pela comunidade surda quanto sinais gramaticais modificados e marcadores para elementos presentes na língua falada, mas não na língua de sinais. Dessa forma, tudo o que é falado pode ser acompanhado por elementos visuais que o representam, o que facilitaria a aquisição da língua oral e posteriormente da leitura e da escrita.

Segundo Felix (2006, p.18), na década de 90, dois outros modelos de educação para as pessoas surdas começaram a emergir no Brasil o modelo de Educação Bilíngue e o modelo da Escola inclusiva. O modelo de educação bilíngue contrapõe-se ao modelo oralista porque considera o canal visogestual de fundamental importância para a aquisição de linguagem da pessoa surda. E contrapõe-se à comunicação total porque defende um espaço efetivo para a língua de sinais no trabalho educacional para que cada uma das línguas apresentadas ao surdo mantenha suas características próprias e que não se "misture" uma com a outra.

3- OBJETIVOS

3.1- Objetivos Geral

*Conhecer os processos de inclusão de alunos surdos e observar como a escola está organizada e se prepara para o aluno.

3.2-Objetivos Específicos

*Pesquisar como acontece o processo de inclusão de alunos surdos dentro da escola municipal do ensino regular.

*Observar se os professores estão aptos para desenvolver atividades que favoreça a aprendizagem do aluno com deficiência.

*Conhecer a realidade dos alunos surdos inclusos no ensino regular;

* Identificar quais dificuldades são encontradas pelos professores na realização das atividades;

*Analisar o acompanhamento dos pais nesse processo de aprendizagem;

*Observar a prática Bilíngue na prática pedagógica dos professores que atuam com alunos surdos em turmas de ensino regular.

4- METODOLOGIA

De acordo com Minayo (2007, s/p), “a pesquisa qualitativa responde a questões muito particulares. Ela se preocupa com um nível de realidade que não pode ser quantificado”.

A pesquisa qualitativa é aquela na qual o pesquisador busca obter resultados aprofundados através da averiguação com certo número de pessoas, a mesma tem uma visão mais ampla do assunto estudado, terá importância significativa para a pesquisa.

O trabalho teve como enfoque o método qualitativo, adotando estudo de caso como suporte para obter informações sobre o aluno com deficiência auditiva e a intérprete, com base a verificar a qualidade do ensino aplicado aos alunos surdos, incluídos no ensino regular, como se dá a inclusão desses alunos.

4.1- Contextos da Pesquisa

A pesquisa foi realizada em uma escola municipal de Cruzeiro do Sul. A mesma atende um público de 1º ao 9º ano, nos turnos manhã e tarde, existem cerca de 350 alunos, sendo este um público bem diversificado. Destes, há 08 alunos com necessidades especiais e dentre esses, 01 aluno surdo, que estuda na escola desde o 4º ano.

Para auxiliar no processo de ensino aprendizagem do aluno, a escola tem a sala de recursos com vários materiais didáticos e pedagógicos e a professora de AEE, para dar suporte a um melhor ensino aprendizagem por parte dos alunos com necessidades especiais.

4.3- Participantes

Os sujeitos que contribuíram para a realização desta pesquisa são: o aluno surdo (Felipe), nome fictício, e a intérprete (Paloma), nome fictício.

O aluno tem 19 anos frequenta a turma do 9º ano do Ensino Fundamental, além da escola ele frequenta a APAE, onde tem um suporte maior para auxiliá-lo uma vez por semana no contra turno, o aluno não tem nem um problema em se relacionar bem com os colegas. No entanto o aluno surdo ainda apresenta algumas dificuldades de aprendizagem principalmente em relação à leitura e escrita.

A intérprete já trabalha na escola, acompanhando o aluno há três anos. Ela é formada em Pedagogia e tem pós-graduada em Inclusão escolar.

A escolha da intérprete e do aluno surdo deu-se a partir da convivência com esse aluno na determinada escola, tendo em vista que a inclusão do aluno surdo no ensino regular é o foco da pesquisa.

4.3 - Materiais

Foram utilizados como materiais de pesquisa gravador, papel, caneta e etc., esses materiais serão necessários para o levantamento de dados referentes a inclusão de alunos surdos no ensino regular.

4.4- Instrumentos de Construção de Dados

Foram utilizados como instrumentos de construção de dados, roteiros de entrevistas com 11 perguntas para o aluno surdo, sobre sua interação com os alunos ouvintes e seu processo de ensino aprendizagem (Ver Apêndice A), e outro roteiro de pergunta para a professora intérprete com oito perguntas sobre a interação do aluno surdo na visão da professora intérprete, o processo de aprendizagem e as dificuldades encontradas para trabalhar com o aluno surdo (Ver Apêndice B), além de protocolos de observação no qual foi observado o processo de ensino aprendizagem na sala de aula e a interação do aluno surdo com professores e demais alunos.

4.5- Procedimentos de Construção de Dados

A pesquisa foi realizada através de observação e entrevista, essas ferramentas foram utilizadas para melhorar os resultados da pesquisa, no intuito de enriquecê-lo. No entanto em função da disponibilidade dos participantes, a coleta de dados foi realizada na escola em dias distintos, com autorização e apoio da direção.

Para a realização da construção dos dados, primeiramente, a pesquisadora conversou com a equipe gestora da escola, expondo o estudo que gostaria de desenvolver dentro da instituição, também conversou com o aluno surdo com a ajuda da intérprete, como o aluno já é maior de idade, perguntou se poderia realizar um estudo sobre a inclusão do mesmo dentro da instituição, o aluno se dispôs a colaborar com o que fosse necessário. A pesquisadora também foi até à casa dos pais para pedir autorização para realizar esse trabalho. Além do mais, foi realizado o roteiro de observação e entrevista.

No segundo momento, foi realizada uma observação na sala de aula e duas fora da mesma, com o intuito de analisar como se dá a inclusão do aluno dentro e fora da sala, e observar a interação do aluno com os professores e demais alunos. A observação em sala de aula foi feita no horário de língua portuguesa e a professora estava trabalhando os pronomes com os alunos. O aluno sentou na primeira fileira da quinta carteira e a professora intérprete sentou ao lado dele. O aluno demonstrou ter boa interação com os colegas, não conversa muito, pediu a uma colega que sentava atrás dele uma borracha emprestada, ao devolver agradeceu, a professora passou um trabalho em grupo e o mesmo foi convidado por algumas pessoas para formar o grupo, não percebemos muita interação do aluno com a professora de português, o aluno interagiu muito com a intérprete, notamos que o mesmo tem muita dificuldade na leitura e escrita.

A observação fora da sala de aula foi durante o intervalo, percebi que o aluno interage muito bem com os colegas, no entanto não gosta muito de ficar correndo ou brincando, fica sempre com um grupinho de amigos observando a movimentação do recreio.

Num terceiro momento, a entrevista com o aluno surdo foi realizada na sala de AEE, no horário de aula do aluno, com a presença da intérprete para auxiliar na comunicação. A professora autorizou a saída do mesmo para entrevista, enquanto que seus colegas de classe estavam realizando a correção de uma prova, que o mesmo não precisou fazer. A entrevista durou 15 minutos, na qual o aluno respondeu 11 perguntas estruturadas, relacionadas à inclusão do aluno surdo no ensino regular. Esta entrevista foi gravada.

Num quarto momento foi realizada a entrevista apenas com a professora intérprete, que acompanha o aluno em todos os momentos na sala de aula, a entrevista foi estruturada com oito perguntas, também sobre a inclusão do aluno surdo e as dificuldades encontradas. A mesma foi realizada na sala de AEE, na hora do intervalo, com duração de 12 minutos e todas as respostas foram gravadas, para colher dados da pesquisa.

4.6- Procedimentos de Análise de Dados

Para a análise de dados, realizamos a análise interpretativa de conteúdo, em que a entrevista de cada um dos participantes foi lida e relida várias vezes para a identificação de categorias e seus significados, por meio da construção de um referencial de codificação. Assim, para a entrevista com o aluno surdo foram formadas

duas categorias, sendo a interação do aluno com os demais colegas e a aprendizagem do aluno na escola. Para a professora intérprete, também foram formadas três categorias, sendo a interação do aluno surdo e o processo de aprendizagem, facilidades e dificuldades desse aluno em visão docente, sendo de fundamental importância para a coleta de dados.

5-RESULTADOS E DISCUSSÃO

Esta seção foi organizada segundo as categorias elaboradas das entrevistas do aluno e da professora intérprete, com o intuito de verificarmos como se deu a interação com demais colegas e aprendizagem do aluno na visão do aluno surdo e da uma professora intérprete, confrontando a teoria com as respostas obtidas dos participantes, comentando e comparando com a fundamentação teórica.

Assim, em um primeiro momento, apresentamos as categorias elaboradas da entrevista do aluno surdo e a interação do aluno com os demais colegas e a aprendizagem do aluno na escola. Em cada uma dessas categorias descrevemos as perguntas constitutivas, as respostas do aluno e a correlacionamos com a teoria. Em um segundo momento, apresentamos as categorias da professora intérprete, suas respostas e a correlacionamos com a teoria.

5.7.1- A Interação do Aluno Surdo com os Colegas

Em relação a interação e socialização do aluno surdo com os colegas ouvintes, através da entrevista realizada com o aluno, pode-se dizer que há interação entre o aluno surdo e colegas ouvintes. Foram realizadas as seguintes perguntas para o aluno surdo em relação a interação com os colegas.

Você tem amigos na escola?

“Tenho muitas amizades na escola não só alunos, mais funcionários e professores, me sinto bem acolhido por todos e gosto muito de estudar nessa escola”, relata o aluno. No entanto, para que haja essa interação é necessário que haja a integração dos alunos com necessidades especiais no ensino regular, não esquecendo os limites e possibilidades dos alunos com necessidades especiais.

Na hora dos trabalhos em grupos você é incluído?

O aluno destaca *sempre sou incluído nos grupos*. Este resultado corrobora com a literatura, de acordo com os autores Veloso e Maia Filho (2009), os alunos surdos devem ter oportunidades de exercer diversos papéis na sociedade em que vivem igualmente como os demais cidadãos, recebendo uma educação de qualidade, respeitando suas limitações e capacidades.

Você gosta de trabalhar mais em grupos ou individualmente?

De acordo com o aluno, *gosta mais de trabalhar em grupos, pois assim os colegas o ajudam a realizar as atividades*. Este resultado vai ao encontro da teoria, conforme afirmam Glat e Nogueira (2002), é importante que os alunos tenham uma formação que possibilite aos professores analisar, acompanhar e contribuir para o aprimoramento dos processos de escolarização, respeitando as diversas diferenças que existem entre os alunos.

Você consegue se comunicar com os professores e demais colegas da turma sem o auxílio da professora intérprete?

O aluno relata que *tem dificuldade em se comunicar sem o auxílio da professora intérprete, principalmente com os professores*, sendo que com os alunos não há tanta dificuldade. Tal resultado nos faz refletir sobre a importância dos funcionários na escola e deles conhecerem e dominarem a língua de sinais, possibilitando, para a possibilitarem a integração social desse indivíduo. Indo ao encontro do decreto 10.436, que defende a Cultura Surda e a importância e obrigatoriedade do Intérprete de Libras e sua devida formação.

Você participa de passeios da escola? Você se sente bem acolhido na mesma?

De acordo com o aluno, participa de todas as atividades desenvolvidas pela escola, e destaca que *se sente bem acolhido na escola*. Este resultado corrobora com a Declaração de Salamanca, a qual defende que uma educação de qualidade para os alunos com necessidades especiais consiste em vários fatores, na aceitação como na valorização das diferenças, resgatando os valores culturais e do respeito do aprender e construir.

Qual brincadeira você mais gosta de brincar? E o que você mais gosta de fazer na escola?

Em relação às brincadeiras o aluno relatou *“não gosto muito de brincar, gosto mais de observar o recreio e também gosto muito de olhar figurinhas em livros”*. Esta afirmação nos faz refletir sobre os desafios encontrados pelo professor em sala de aula na educação do aluno especial e o que a literatura sugere, conforme afirma Dorziat (2003) que a inclusão de pessoas com surdez na escola comum requer que se busque meios para beneficiar sua participação e aprendizagem tanto na sala de aula como fora

da mesma.

Você sofre algum tipo de preconceito na escola?

O aluno relata “*não há nem um tipo de preconceito na escola atualmente, mas já sofri preconceito alguns anos atrás*”. Para que haja realmente a inclusão é necessário respeitar as diferenças e potencialidades de cada aluno. O que está de acordo com a afirmação de Lorenzetti (2003), em que a escola precisa se adequar ao aluno e não o contrário, a singularidade do aluno deve ser respeitada. A falta de domínio de uma língua comum entre surdos e ouvintes com certeza dificulta ou mesmo impede a interação, a comunicação e a própria construção de conhecimentos.

5.2- Aprendizagem na Escola

Ao se tratar do ensino aprendizagem, o aluno apresenta algumas dificuldades, pois ainda não tem totalmente o domínio de libras, mediante ao desenvolvimento de aprendizagem foram realizadas as seguintes perguntas ao aluno surdo.

Qual a disciplina que você tem mais dificuldade? Qual a disciplina que você tem mais habilidades?

“*A disciplina que mais tenho dificuldades é a matemática, não gosto dessa disciplina, pois é muito difícil, gosto mais das disciplinas de religião e artes, pois me proporcionam momentos agradáveis*” relatou o aluno surdo. Este relato vai ao encontro da teoria, conforme afirma Bertuol (2010), muitos alunos com surdez podem ser prejudicados pela falta de estímulos adequados ao seu potencial cognitivo, sócio afetivo, lingüístico e político-cultural e ter perdas consideráveis no desenvolvimento da aprendizagem.

Qual a sua maior dificuldade na escola?

O aluno revela que sua *maior dificuldade na escola é vencer a timidez* e isso dificulta o processo de aprendizagem. Isto nos faz refletir sobre a afirmação da LDB de acordo com a igualdade de condições para o acesso e permanência na escola, sendo que a mesma tem a função de receber e ensinar todas as crianças, jovens e adultos independente de suas condições físicas, intelectuais ou sociais, adaptando-os ao processo ensino-aprendizagem, bem como a estrutura física da escola adaptada às necessidades do seu alunado. O que sugere um outro desafio para o professor na

educação escolar do aluno especial, em conciliar o desenvolvimento acadêmico com o pessoal.

Você acha que a escola está preparada para receber alunos com deficiência auditiva?

O aluno relatou que no seu ponto de vista *a escola está preparada para atender alunos com diversas deficiências, inclusive a auditiva*. Portanto, de acordo com Dorziat (2003), a inclusão de pessoas com surdez na escola comum requer que se busquem meios para beneficiar sua participação e aprendizagem tanto na sala de aula como no Atendimento Educacional Especializado.

5.3- A Interação do Aluno Surdo na Visão da Professora Intérprete

De acordo com a professora intérprete, *o aluno surdo se relaciona muito bem com os colegas, e acredita que não há preconceito entre os mesmos*, a professora relata que o aluno é muito tímido, porém isso não impede a interação com os colegas ouvintes.

O aluno surdo participa durante a aula? De que forma?

A professora relata que o aluno participa das atividades propostas e durante a aula *“participa das resoluções de atividades na lousa”*. Esta afirmação está de acordo com a teoria, conforme destaca Lacerda (1998), o propósito da educação dos surdos é fazer com que o aluno desenvolva o pensamento, adquira conhecimento e se comunicar com o mundo ouvinte.

5.4- O Processo de Aprendizagem, Dificuldades e Habilidades

A professora intérprete relata através das perguntas realizadas o processo de aprendizagem do aluno surdo.

Como são realizadas as avaliações para esse aluno?

Em relação às avaliações, a professora intérprete aborda *“As avaliações são realizadas de forma escrita, da mesma maneira dos demais discentes”*. Esta afirmação contrapõe o que Prieto (2006) destaca sobre a avaliação dos professores. Segundo o autor, os professores devem ser capazes de analisar os domínios de conhecimento dos alunos e as diferentes necessidades demandadas no processo de aprendizagem, bem como elaborar atividades, criar ou adaptar materiais, e prevê formas de avaliar os alunos

para aprimorar o atendimento e conhecimento dos mesmos. Já a professora busca elaborar a mesma avaliação para todos os alunos, independentemente de suas características e peculiaridades.

Quais as maiores dificuldades de aprendizagem apresentadas pelo aluno surdo durante a explicação do conteúdo?

A professora relata que uma das maiores dificuldades de aprendizagem apresentadas pelo aluno surdo durante a explicação do conteúdo *“é a falta de conhecimento de alguns sinais em LIBRAS (Língua Brasileira de Sinais), quando isso acontece, paro a explicação e digo o que significa ou uso sinais sinônimos. Isso gera atraso na explicação, mas não significa que fica algo pendente”*. Esta afirmação ressalta a importância de luta da cultura surda e a importância e a obrigatoriedade do Intérprete de Libras e sua devida formação (BRASIL, 2005).

É utilizado algum tipo de recurso didático para facilitar o aprendizado do aluno surdo? Quais recursos?

Para um melhor ensino aprendizagem é utilizado notebook *“para mostrar alguns vídeos relacionados aos assuntos em estudo, como também os livros didáticos, assim facilita o seu entendimento e aprimorar seu ensino aprendizagem”* e também se utiliza a Sala de Recursos para utilizar materiais concretos e lúdicos para facilitar a aprendizagem do aluno. Esta afirmação contribui com a literatura, conforme afirma Bertuol (2010), a sala de recursos serve como definição de estratégias pedagógicas que favoreça o acesso do aluno com necessidades especiais e a interação no grupo, promovendo assim a inclusão escolar.

O processo de construção do conhecimento do aluno surdo é da mesma maneira que do aluno ouvinte?

A professora intérprete ressalta que o processo de construção do conhecimento do aluno surdo não é diferente dos outros, *“cada educando tem seu modo de assimilar os conteúdos, formando sua conduta pessoal”*. No entanto, ela aborda que o aluno tem grande dificuldade em relação a leitura e escrita e destaca que durante a aula algumas vezes utiliza metodologia diferenciada ao disponibilizar a visualização de vídeos. Esta afirmação vai ao encontro da literatura, de acordo com Bertuol (2010), muitos alunos surdos podem ser prejudicados pela falta de estímulos adequados ao seu potencial

cognitivo, sócio-afetivo, lingüístico e político-cultural e ter perdas consideráveis no desenvolvimento da aprendizagem, no entanto os recursos didáticos facilitam esse desenvolvimento. Sendo assim, talvez, a maior dificuldade do aluno surdo seja a falta de estímulos adequados ao seu potencial e não uma dificuldade pela deficiência em si.

É utilizada metodologia diferenciada em sala de aula para o aluno deficiente auditivo?

A professora destaca que sim, *principalmente o uso do notebook, pois possibilita um melhor ensino aprendizagem*. O uso do computador como ferramenta diferenciada, pode ser visto no estudo como um recurso importante no processo de aprendizagem do aluno surdo, pois, segundo demonstra a literatura (PRIETO, 2006) os docentes devem receber cursos de formação continuada para que haja inovações nas suas praticas pedagógicas de forma a atender as necessidades educacionais dos alunos surdos.

Qual a maior dificuldade encontrada para trabalhar com o aluno surdo? Sugestões para melhorar a integração dos alunos deficientes auditivos.

Uma das maiores dificuldades encontradas pela professora para trabalhar com o aluno surdo *“é a ausência dos pais na vida escolar do aluno, sendo que suas tarefas extraclases (trabalhos, atividades, pesquisas, dentre outras) são fragmentadas, por não ter ninguém que o ajude, sendo que os pais não têm conhecimento de libras, apenas gestos”*. Dificuldades essas que poderiam ser sanadas se a família conhecesse a Língua Brasileira de Sinais.

Este dado corrobora com a literatura, de acordo com Skliar (1999), os alunos surdos, pela sua deficiência auditiva, não podem ser expostos dentro da língua oral, para esses alunos a língua oral não é a primeira língua, embora seja a primeira e inclusive a única que lhes é oferecida. No entanto se faz necessário que a família conheça a língua de sinais, ou seja se alfabetizar na língua dos sinais juntamente com o aluno.

Sugestões para melhorar a integração dos alunos deficientes auditivos.

A professora destaca algumas sugestões para melhorar a integração dos alunos deficientes auditivos *“incentivo por parte dos pais e interesse do próprio aluno em participar das aulas na sala de recursos isso com certeza facilitaria uma melhor interação e aprendizagem do aluno”*.

Por tanto, se acredita que uma das principais medidas a serem pensadas na inclusão do surdo diz respeito aos interlocutores com quem esse aluno vai estabelecer trocas comunicativas dentro de salas de aula e construir conhecimento. Dessa forma, faz-se necessário conscientizar os professores a importância de criar situações didáticas tanto para ouvintes quanto para surdos.

6- CONSIDERAÇÕES FINAIS

Após percorrer uma trajetória, entre campo e teoria, para conhecer o processo de inclusão escolar referente à efetivação do desenvolvimento do aluno surdo, podemos dizer que essa inclusão se apresenta como um fato novo para a maioria dos profissionais da educação, em que a inclusão de alunos surdos não tem sido mais do que dividir a sala com ouvintes e o desenvolvimento do processo de inclusão escolar cabe à escola se adaptar às condições dos alunos e não os alunos se adaptarem ao modelo da escola.

Dessa forma, os resultados sugerem que a surdez dificulta a comunicação, colocando o surdo em desvantagem, pois vivemos em um mundo dominado pela língua oral, composta por vocábulo e gramática que são desconhecidos pelo surdo e isso dificulta o seu processo de aprendizagem.

É importante destacar que as mudanças a serem adotadas no sentido de fazer educação para todos não ocorrem rapidamente. A Educação Inclusiva, principalmente a de surdos não restringe unicamente as providências a ser tomada no âmbito escolar ela também tem que contar com instancias qualificadas as quais deverão identificar e satisfazer necessidades desses alunos.

Nesse sentido, a pesquisa de campo buscou destacar como se dá a inclusão de alunos surdos no ensino regular, em relação ao grande desafio da inclusão do aluno surdo no ensino regular, é fundamental ter ouvido o aluno com deficiência auditiva e a professora intérprete. Desta forma o presente estudo teve como objetivo investigar como a política de educação inclusiva se dá na inclusão de alunos surdos no ensino regular, como se dá o processo de aprendizagem e a interação do aluno com os colegas.

Os resultados nos fizeram refletir sobre o processo de inclusão como um movimento necessário para melhorar as respostas educativas das escolas. Promovendo a integração, entre colegas da turma, criando respeito as suas diferenças. A partir desse ponto, faz-se necessário o papel do professor, intervindo com seus alunos transformando a sala de aula em um espaço acolhedor para todos, onde não exista preconceito.

De acordo com a declaração de Salamanca, para promover uma Educação Inclusiva, os sistemas educacionais devem assumir que “as diferenças humanas são normais e que a aprendizagem deve se adaptar as necessidades das crianças ao invés de se adaptar a criança a assunções preconcebidas a respeito do ritmo e da natureza do processo de aprendizagem” (BRASIL, Ministério da justiça, 1994, p.4).

Considera-se, por conseguinte, que para criança surda a educação inclusiva no ensino regular é o maior exercício de direito e cidadania que ela pode desempenhar, sendo papel da escola e da sociedade oferecer tal ensino de forma a oferecer maior amparo aqueles que para a aquisição e desenvolvimento das diversas potencialidades desta necessitem.

Também se recomenda a realização de um trabalho de que busque investigar como se dá o processo de formação continuada na área da inclusão para atender a demanda da sociedade e as inovações legais postas à educação inclusiva e tendo a participação efetiva no novo processo de ensino/aprendizagem.

Portanto, para que haja o processo de inclusão escolar é preciso que haja uma transformação no sistema de ensino que vem beneficiar toda e qualquer pessoa, levando em conta a especificidade do sujeito, em sua totalidade, e não apenas a sua deficiência e limitação.

REFERÊNCIAS

BERTUOL, C, L. Salas de Recursos e Salas de Recursos Multifuncionais: apoios especializados à inclusão escolar de alunos com deficiência/necessidades educacionais especiais no Município de Cascavel-PR 2010.

BRASIL, MEC/SEESP. Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva. Disponível em: Acessado em: 26 de setembro de 2009.

BRASIL, Ministério do Trabalho Emprego. Empregabilidade das pessoas com deficiência. Disponível em: Acessado em: 15 de setembro de 2015.

BRASIL. Diretrizes Nacionais para Educação Especial na Educação Básica. MEC SEESP, 2001.

DORZIAT, Ana. Releitura da surdez na sociedade e suas implicações educacionais. Cadernos de educação especial. Santa Maria, 1998.

FELIX, Ademilde. Surdos e ouvintes em uma sala de aula inclusiva: interações sociais, representações e construções de identidades, 2006. Disponível em: Acessado em: 20 de Agosto de 2015.

GOMES, M. Pedagogia no século XVI: Pedro Ponce de Leon. Educativa: a Revista do Professor. n.3.Edição Especial. São Paulo: Minuano Cultural, 2008.

GOFFREDO, Vera Lúcia Flor Sénéchal. Educação: Direito de Todos os Brasileiros. In: Salto para o futuro: Educação Especial: Tendências atuais/ Secretaria de Educação a Distância. Brasília: Ministério da Educação, SEED, 1999.

JANUZZI, Gilberta de Martinho. A educação do deficiente no Brasil: dos primórdios ao início do século XXI. Campinas. Coleção Educação Contemporânea. Autores Associados. 2004.

LACERDA, Cristina. Os processos dialógicos entre aluno surdo e educador ouvinte: Examinando a construção de conhecimentos, 1998.

LACERDA, Cristina. Um pouco da história das diferentes abordagens na educação dos surdos. Disponível em: Acessado em: 26 de setembro de 2009.

Lei nº 9.394, de 20 de Dezembro de 1996. Disponível em http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/19394.htm Acesso em 03 de agosto de 2012.

LIMA, Francisco. A educação inclusiva se faz, fazendo: dicas para professores. Disponível em: Acessado em: 26 de setembro de 2009.

LORENZETE, M. L. A inclusão do aluno surdo no ensino regular: a voz das professoras. Revista espaço. Rio de Janeiro, v.18/19, p.63-69, 2002/2003.

MAZZOTTA, Marcos José da Silveira. Educação especial no Brasil: história e políticas públicas. S. Paulo: Cortez, 1996.

MEC/SEESP. Competências para o atendimento às necessidades educacionais de alunos surdos. Brasília, 2005.

MINAYO MC. **O desafio do conhecimento: pesquisa qualitativa em saúde**. Rio de Janeiro: Abrasco; 2007.

PRIETO, R. G. Atendimento escolar de alunos com necessidades educacionais especiais: um olhar sobre as políticas públicas de educação no Brasil. In: ARANTES, V. A. (Org.). **Inclusão escolar**. São Paulo: Summus, 2006.

SÁ, Nídia Regina Limeira. Cultura, poder e educação de surdos. Manaus: Editora da universidade federal do amazonas, 2002.

SELLERI, M. E. Educação Especial e Inclusão: O que os professores do ensino regular precisam saber sobre surdez e sobre a linguagem dos surdos. Paraná, 2008.

SILVA, Karine de Souza. Globalização e exclusão social. Curitiba: Juruá, 2000.

SKLIAR, Carlos. Atualidade da educação bilíngüe para surdos. 2.ed. Porto Alegre: Mediação, 1999.

SOUZAA, M.R. & Góes, M.C.R. O ensino para surdos na escola inclusiva: Considerações sobre o excludente contexto de inclusão. In: Scliar, C.B. (Org). *Atualidade da educação bilíngüe para surdos*. V.1. Porto Alegre: Mediação, p.163-1987,1999.

UNESCO. Declaração de Salamanca e Linha de Ação sobre Necessidades Educativas Especiais. Brasília: CORDE, 1994.

VELOSO, É; MAIA FILHO,V. Aprenda LIBRAS com eficiência e rapidez. Vol.1. Curitiba, PR: Mãos Sinais, 2009.

APÊNDICES

Apêndice A – (Roteiro de entrevista para o aluno surdo)

- 1- Você tem amigos na escola?
- 2- Na hora dos trabalhos em grupos você é incluído?
- 3- Você gosta de trabalhar mais em grupos ou individualmente?
- 4- Você consegue se comunicar com os professores e demais colegas da turma sem o auxílio da professora intérprete?
- 5- Você participa de passeios da escola? Você se sente bem acolhido na escola?
- 6- Qual brincadeira você mais gosta de brincar? E o que você mais gosta de fazer na escola?
- 7- Você sofre algum tipo de preconceito na escola?
- 8- Qual a disciplina que você tem mais dificuldade?
- 9- Qual a disciplina que você tem mais habilidades?
- 10- Qual a sua maior dificuldade na escola?
- 11- Você acha que a escola está preparada para receber alunos com deficiência auditiva?

Apêndice B – (Roteiro de entrevista para a professora intérprete)

- 1- O aluno surdo participa durante a aula? De que forma?
- 2- Como são realizadas as avaliações para esse aluno?
- 3- Quais as maiores dificuldades de aprendizagem apresentadas pelo aluno surdo durante a explicação do conteúdo?
- 4- É utilizado algum tipo de recurso didático para facilitar o aprendizado do aluno surdo? Quais recursos?
- 5- O processo de construção do conhecimento do aluno surdo é da mesma maneira que do aluno ouvinte?

- 6- É utilizada metodologia diferenciada em sala de aula para o aluno deficiente auditivo?
- 7- Qual a maior dificuldade encontrada para trabalhar com o aluno surdo?
- 8- Sugestões para melhorar a integração dos alunos deficientes auditivos.

Apêndice C – (coleta de dados através da observação)

Observação

A análise de dados será realizada de forma descritiva, através das observações e entrevistas realizadas. Em relação às observações realizadas na sala de aula e fora da mesma analisando como se dá a inclusão do aluno surdo no âmbito escolar, a observação foi realizada primeiramente na sala de aula, no horário de língua portuguesa, para analisar como se dá o processo de ensino aprendizagem e a inclusão do aluno surdo no âmbito educacional.

A professora explica o conteúdo e o aluno e a intérprete traduz toda a explicação para o aluno na língua de sinais, é a intérprete que faz o elo de comunicação entre o aluno, professor e demais colegas, percebi que o aluno não é muito participativo na aula, porém realiza todas as atividades com o auxílio da intérprete, pois o mesmo apresenta muita dificuldade na leitura e escrita, na sala não existe preconceito, os alunos mais próximos do aluno surdo, conseguem se comunicar com o mesmo sem o auxílio da intérprete, porém a professora de português não consegue se comunicar bem com o aluno e relatou que está fazendo um curso de libras para lidar melhor com essas situações. É importante destacar que o aluno com deficiência não pode ficar retido, devendo ter no mínimo nota 5,0.

Durante o recreio observei que o aluno surdo, não fica correndo e em constante movimento como os demais o aluno fica sempre acompanhado por alguns amigos, apenas observando o recreio, conversa com os funcionários da escola tira algumas brincadeiras e gosta bastante de rir é um aluno tranquilo e está sempre rodeado de colegas, percebi que na escola não existe preconceito. No entanto, acredito que seria muito interessante se a escola ou a própria secretaria de educação oferecesse para todos os funcionários um curso ou oficina de libras para melhor comunicação com o aluno, pois existe uma grande dificuldade de comunicação entre o aluno surdo e funcionários.

ANEXOS



Universidade de Brasília – UnB
 Instituto de Psicologia – IP
 Departamento de Psicologia Escolar e do Desenvolvimento – PED
 Programa de Pós-Graduação em Processos de Desenvolvimento Humano e Saúde PGPDS
 Curso de Especialização em Desenvolvimento Humano, Educação e Inclusão Escolar

Da: Universidade de Brasília– UnB/Universidade Aberta do Brasil – UAB

Polo: _____

Para: o(a): Ilmo(a). Sr(a). Diretor(a) _____

Instituição: _____

Carta de Apresentação

Senhor (a), Diretor (a),

Estamos apresentando a V. S^a o(a) cursista pós-graduando(a)

que está em processo de realização do Curso de Especialização em Desenvolvimento Humano, Educação e Inclusão Escolar.

É requisito parcial para a conclusão do curso, a realização de um estudo empírico sobre tema acerca da inclusão no contexto escolar, cujas estratégias metodológicas podem envolver: entrevista com professores, pais ou outros participantes; observação; e análise documental.

A realização desse trabalho tem como objetivo a formação continuada dos professores e profissionais da educação, subsidiando-os no desenvolvimento de uma prática pedagógica refletida e transformadora, tendo como consequência uma educação inclusiva.

Desde já agradecemos e nos colocamos a disposição de Vossa Senhoria para maiores esclarecimentos no telefone: (061) 3107-6911.

Atenciosamente,

Coordenador(a) do Polo ou Professor(a)-Tutor(a) Presencial

Coordenadora Geral do Curso de Especialização em Desenvolvimento Humano, Educação e Inclusão Escolar: **Prof^a Dr^a Diva Albuquerque Maciel**



Universidade de Brasília – UnB
 Instituto de Psicologia – IP
 Departamento de Psicologia Escolar e do Desenvolvimento – PED
 Curso de Especialização em Desenvolvimento Humano, Educação e Inclusão Escolar

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

Senhor(a) Professor(a),

Sou orientando(a) do Curso de Especialização em Desenvolvimento Humano, Educação e Inclusão Escolar, realizado pelo Instituto de Psicologia por meio da Universidade Aberta do Brasil/Universidade de Brasília (UAB-UnB) e estou realizando um estudo sobre _____. Assim, gostaria de consultá-lo(a) sobre seu interesse e disponibilidade de cooperar com a pesquisa.

Esclareço que este estudo poderá fornecer às instituições de ensino subsídios para o planejamento de atividades com vistas à promoção de condições favoráveis ao pleno desenvolvimento dos alunos em contextos inclusivos e, ainda, favorecer o processo de formação continuada dos professores nesse contexto de ensino.

A coleta de dados será realizada por meio de _____ (*explicitar todas as técnicas de coleta de dados: gravações em vídeo das situações cotidianas e rotineiras da escola; entrevistas, observações, questionários etc.*)

Esclareço que a participação no estudo é voluntária e livre de qualquer remuneração ou benefício. Você poderá deixar a pesquisa a qualquer momento que desejar e isso não acarretará qualquer prejuízo ou alteração dos serviços disponibilizados pela escola. Asseguro-lhe que sua identificação não será divulgada em hipótese alguma e que os dados obtidos serão mantidos em total sigilo, sendo analisados coletivamente. Os dados provenientes de sua participação na pesquisa, tais como _____ (*explicitar instrumentos de coleta de dados*), ficarão sob a guarda do pesquisador responsável pela pesquisa.

Caso tenha alguma dúvida sobre o estudo, o(a) senhor(a) poderá me contatar pelo telefone _____ ou no endereço eletrônico _____. Se tiver interesse em conhecer os resultados desta pesquisa, por favor, indique um e-mail de contato.

Este documento foi elaborado em duas vias, uma ficará com o(a) pesquisador(a) responsável pela pesquisa e a outra com o senhor(a).

Agradeço antecipadamente sua atenção e colaboração.

Respeitosamente.

 Assinatura do Pesquisador

 Assinatura do Professor

Nome do Professor: _____

E-mail(opcional): _____



Universidade de Brasília – UnB
 Instituto de Psicologia – IP
 Departamento de Psicologia Escolar e do Desenvolvimento Humano – PED
 Curso de Especialização em Desenvolvimento Humano, Educação e Inclusão Escolar

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

Senhores Pais ou Responsáveis,

Sou orientando(a) do Curso de Especialização em Desenvolvimento Humano, Educação e Inclusão Escolar, realizado pelo Instituto de Psicologia por meio da Universidade Aberta do Brasil/Universidade de Brasília (UAB-UnB) e estou realizando um estudo sobre _____.

Assim, gostaria de solicitar sua autorização para que seu(sua) filho(a) participe do estudo.

A coleta de dados será realizada por meio de _____ *(explicitar todas as técnicas de coleta de dados: gravações em vídeo das situações cotidianas e rotineiras da escola; entrevistas, observações, questionários etc.)*

Esclareço que a participação de seu(sua) filho(a) no estudo é voluntária e livre de qualquer remuneração ou benefício. Seu(sua) filho(a) poderá deixar a pesquisa a qualquer momento que desejar e isso não acarretará qualquer prejuízo ou alteração dos serviços disponibilizados pela escola. Asseguro-lhe que a identificação seu(sua) filho(a) não será divulgada em hipótese alguma e que os dados obtidos serão mantidos em total sigilo, sendo analisados coletivamente. Os dados provenientes da participação na pesquisa, tais como _____ *(explicitar instrumentos de coleta de dados)*, ficarão sob a guarda do pesquisador responsável pela pesquisa.

Caso tenha alguma dúvida sobre o estudo, o(a) senhor(a) poderá me contatar pelo telefone _____ ou no endereço eletrônico _____. Se tiver interesse em conhecer os resultados desta pesquisa, por favor, indique um e-mail de contato.

Este documento foi elaborado em duas vias, uma ficará com o(a) pesquisador(a) responsável pela pesquisa e a outra com o senhor(a).

Agradeço antecipadamente sua atenção e colaboração.

Respeitosamente.

 Assinatura do Pesquisador

 Assinatura do Pai/Responsável pelo Aluno

Nome do Pai/Responsável: _____

Nome do Aluno: _____

E-mail(opcional): _____